

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



Avaliações melhores para Congresso e STF

Incrível! Congresso e STF lucram com polarização

A pesquisa do Datafolha divulgada nesta semana revelou a melhora do conceito de dois poderes já há um tempo vistos com desconfiança pela sociedade brasileira. O Congresso, muito associado a uma percepção de corrupção no jogo do toma-lá-dá-cá, e o Supremo, relacionado a um sentimento de que extrapola de suas funções, especialmente na investigação dos atos antidemo-

cráticos. O curioso é que o Datafolha aponta para uma melhora de ambos justamente no momento em que Judiciário e Legislativo acentuam suas posições. Claramente é possível se fazer a leitura de que esses números representam. STF e Congresso estão lucrando com a polarização. Mas experimentam seus crescimentos justamente em sentidos opostos.

Empate

Tanto no caso do Congresso quanto no do STF, há um empate entre os que aprovam e desaprovam. Aprovam o Congresso 22%. E desaprovam 23%. Os que aprovam o STF são 29%. Os que desaprovam 28%. Números baixos de aprovação, mas os melhores de muito tempo.

Melhora

No caso do Congresso, a aprovação registrada pelo Datafolha foi a melhor desde 2002. No caso do Supremo, a reprovação ao seu trabalho caiu nada menos que dez pontos percentuais com relação à rodada anterior da pesquisa. As atuações foram opostas.

Joédson Alves/Agência Brasil



Percepções sobre o 8 de janeiro explicam números

STF cresce com investigações. Congresso se contrapõe

O STF cresceu exatamente no momento em que acentuou as suas ações nas investigações dos atos antidemocráticos e dos lamentáveis eventos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023. A pesquisa reflete o impacto da Operação Tempus Veritatis, do depoimento do tenente-coronel Mauro Cid e dos procedimentos contra o

ex-presidente Jair Bolsonaro. O Congresso subiu exatamente no momento em que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), acentua ações e discursos para diminuir os poderes da Suprema Corte, acentuando as prerrogativas do Parlamento. E é seguido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Opostos

Se os comportamentos são opostos, não é difícil concluir que os crescimentos, da mesma forma, são puxados por lados opostos. Quem aplaude o Congresso, critica o STF nas suas ações. Quem aplaude o STF, discorda do Congresso quando busca limitar suas ações.

Vespeiro

Apoiar atos de esquerda de lembrança do golpe estimularia também atos de direita. Um lado acentuando a memória de desmandos, prisões, desaparecimentos e torturas. O outro comemorando a intervenção militar que "evitou a ascensão no Brasil do comunismo".

1964

Talvez esteja aí também a razão pela qual Lula recomendou ao seu governo silêncio sobre os 60 anos do golpe militar de 1964. Relembrar a efeméride seria mexer nesse mesmo vespeiro. E Lula, como presidente, precisa lidar com as vespas de um lado e do outro.

Acordo

Lula e o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, fizeram um acordo com as Forças Armadas para que oficialmente não houvesse Ordem do Dia ou qualquer manifestação oficial sobre os 60 anos do golpe. Como contrapartida, comprometeu-se ao silêncio em troca.

Macron no Brasil termina com clima bem amigável

Durante encontro, presidente francês recebeu honraria brasileira

Ricardo Stuckert

Por Gabriela Gallo

Após passar por Belém (PA), Rio de Janeiro e São Paulo, o presidente da França Emmanuel Macron encerrou sua visita de três dias ao Brasil no Palácio do Planalto, nesta quinta-feira (28), véspera de feriado. Ele foi recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No encontro, eles discutiram assuntos em que os dois países discordam no campo da política internacional, como o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul.

O presidente brasileiro julgou os encontros como "uma amplitude dos laços de cooperação e amizade entre a França e o Brasil". "Dentre as potências tradicionais, nenhuma é mais próxima do Brasil do que a França. No atual contexto de grande complexidade do cenário internacional, o diálogo entre nossos países representa uma ponte entre o Sul Global e o mundo desenvolvido, em favor da superação de desigualdades estruturais e de um planeta mais sustentável", manifestou o presidente.

No encontro, o presidente francês elogiou a atuação do Brasil na tentativa de defesa da democracia após os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, em Brasília. "Ninguém está a salvo de forças de sistemas que venham a estremecer a democracia. A força democrática do Brasil venceu e retomou todos equilíbrios. Quero agradecer pelo combate e resistência, bem como pela forma como restaurou a democracia no Brasil", disse.

Em um tom diplomático, Macron ainda elogiou os modelos econômicos brasileiros voltados ao combate à inflação e à reposição de energia sustentável. "A confiança em nossas economias e democracia nos une", reiterou.



Macron com colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, honraria dada a estrangeiro

Durante sua visita à Belém no Pará, o mandatário francês visitou a floresta Amazônica e se comprometeu em reforçar o combate ao desmatamento e fechou um acordo de cooperação para a Amazônia com o governo brasileiro de até 1 bilhão de euros, o equivalente a R\$ 5,4 bilhões em investimentos públicos e privados. Os investimentos serão voltados para bioeconomia na Amazônia nos próximos quatro anos, tanto para a floresta em território brasileiro como para a parte que está na Guiana Francesa, território francês.

Análise

No entanto, apesar dos encontros entre os presidentes aparentar ter rendido bons resultados entre o Brasil e a França, ao Correio da Manhã, o cientista político internacional Kleber Carrilho não se manifestou otimista, dado ao atual momento geopolítico global.

"Quando o Macron vai para o Brasil ele leva essa possibilida-

de de ser a ponte entre a União Europeia e o sul global. E o Brasil é um país importante nesse aspecto, até porque o Brasil tem uma relação mais estreita com a Rússia nos BRICS. Então ele faz esse contraponto anti-Putin na União Europeia, e principalmente às vezes apoiando uma participação mais efetiva da França e da OTAN [Organização do Tratado do Atlântico Norte] no conflito na Ucrânia, então ele está fazendo esse contraponto", explicou o analista sobre a visita do presidente francês.

"Porém, o Macron é contra este acordo que está sendo desenhado entre a União Europeia e Mercosul e falou isso muito claramente no encontro que teve na Fiesp, inclusive com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin. Então, também é uma tentativa de dizer para o Brasil: 'olha, podemos costurar um acordo fora do Mercosul'. O problema é que Lula quer ser esse líder regional e isso inclui ser o líder do Mercosul", destacou o cientista político.

Venezuela

Outro destaque no encontro entre Lula e Macron no Palácio do Planalto foi o posicionamento do presidente acerca das eleições na Venezuela, território em que o presidente evitava se posicionar sobre o assunto.

Durante a cerimônia de recepção ao presidente francês, Lula avaliou como "grave" o fato de Corina Yoris, principal opositora do atual presidente Nicolás Maduro, não ter conseguido registrar sua candidatura à presidência da Venezuela. Yoris não conseguiu inscrever a candidatura no prazo previsto e ficou impedida de concorrer nas eleições deste ano.

"Ela não foi proibida pela Justiça. Me parece que ela se dirigiu até o lugar e tentou usar o computador, o local, e não conseguiu entrar. Então foi uma coisa que causou prejuízo a uma candidata. O dado concreto é que não tem explicação. Não tem explicação jurídica, política, você proibir um adversário de ser candidata", criticou Lula.

Orçamento para ações sobre ditadura militar cai 96%

Por Mateus Vargas e Marianna Holanda (Folhapress)

A fatia do Orçamento federal destinada às ações e políticas públicas relacionadas à promoção da anistia e da memória sobre a ditadura militar (1964-1985) caiu 96% em uma década.

O montante chegou aos menores patamares na gestão de Jair Bolsonaro (PL) e voltou a subir no governo Lula (PT), mas ainda permanece muito aquém da verba reservada na gestão Dilma Rousseff (PT).

Em 2024, ano da efeméride de 60 anos do golpe, o orçamento é de cerca de R\$ 1,5 milhão. Desse recurso, cerca de R\$ 500 mil estão previstos para o funcionamento da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, órgão que nem sequer foi recriado por Lula, apesar de promessa do mandatário.

Já a verba reservada em 2014 para ações sobre a ditadura superava R\$ 36,2 milhões, considerando valores corrigidos pela inflação (a cifra nominal disponível há uma década era de R\$ 21,3 milhões).

Naquele ano, o orçamento se destinava principalmente à construção do memorial da anistia, obra abandonada pela gestão Bolsonaro, e também para as ações da Comissão



Orçamento é para anistia e memória de vítimas

Nacional da Verdade, que entregou seu relatório final em dezembro daquele ano.

Em 2007, no segundo mandato de Lula, o governo passou a rediscutir as políticas de reparação, que até então eram compreendidas apenas como econômicas. Começou a elaborar uma série de medidas para conscientizar as pessoas sobre o período ditatorial e promover a memória.

A principal dessas foi a Caravana da Anistia, quando a comissão viajava para os lugares para conceder as anistias e indenizações, fazia eventos e, principalmente, realizava um pedido de desculpas público, em nome do Estado.

Essa medida foi a principal forma simbólica de reparação e, como mostrou a Folha, o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania queria retomá-la neste ano, mas foi interrompido a pedido de Lula.

O presidente vetou, em 2024, atos em memória do golpe de 1964 para não se indispor com as Forças Armadas. O governo planejava desde eventos até mobilizar ministérios por pedido de desculpas públicas às vítimas da ditadura.

A maior verba para ações desse tipo foi reservada em 2013, cerca de R\$ 49,7 milhões, considerando a inflação acumulada desde então. Os recursos para ações ligadas à ditadura subiram

sob Dilma, que foi presa e torturada na década de 1970 e instalou a Comissão da Verdade em 2012.

Os cálculos sobre os recursos reservados a cada ano consideram ações do Orçamento ligadas à memória da ditadura e não incluem as indenizações a anistiados políticos, que superam R\$ 1,3 bilhão anualmente.

Os trabalhos de políticas públicas pela memória eram concentrados na Comissão da Anistia, então no Ministério da Justiça, e chegaram ao seu ápice durante o governo Dilma 2. Foram feitos livros, palestras, filmes, festivais de cinema, além de clínicas de atendimentos psicológicos a vítimas. Brasília chegou a sediar um encontro internacional de comissões de reparação.

Com o impeachment da petista e o início do governo Michel Temer, metade da Comissão da Anistia pediu demissão. A outra seguiu, por entender a necessidade de uma continuidade institucional no colegiado. As políticas, contudo, foram sendo descontinuadas.

Na gestão do emedebista, a verba do setor foi cortada. Em 2018, foram empenhados menos de R\$ 300 mil, praticamente apenas para atividades da Comissão de Anistia.

(* Valor corrigido pela inflação)